

Cabral denuncia complô contra parlamentarismo

Relator não se intimida com oposição de Ulysses, Covas e Sant'Anna e vai manter a proposta

Quêrcia recupera imagem com marajás

MARILENA DEGELO Da Sucursal

São Paulo — Não foi apenas por pressão dos jornalistas que o governador Orestes Quêrcia resolveu divulgar os nomes e os salários dos 1.591 "marajás" que trabalham junto ao poder executivo. Ele e seus assessores viram nessa medida uma forma de governo para tentar recuperar a sua imagem, desgastada tanto pelas tentativas de extinção do gatilho salarial do funcionalismo como pelo escândalo da corretora Banespa.

A intenção de Quêrcia ao revelar os funcionários que recebem salários entre 140 mil a 800 mil cruzados foi principalmente a de viabilizar o projeto e a proposta de emenda constitucional que se encontram em tramitação na Assembleia Legislativa. Apesar da polêmica que ambos vêm causando junto aos deputados, o governador acredita que após a divulgação da lista o Legislativo terá obrigação moral de aprová-los.

A emenda constitucional pretende alterar o inciso 6º do Artigo 92 da Constituição do Estado, referente ao funcionalismo. Basicamente Quêrcia deseja limitar o valor das gratificações a níveis inferiores ao salário mínimo para os funcionários que prestam serviço em gabinete. Já com o projeto de lei complementar o

governador deseja revogar a legislação que permite a incorporação dessas vantagens aos salários após cada cinco anos consecutivos de trabalho em gabinete.

São essas incorporações, com o efeito "casca" para quem já trabalha há mais de 20 anos em gabinetes segundo Quêrcia, a razão dos altos salários no funcionalismo público. Principalmente na PM, onde está o maior marajá do poder Executivo. O coronel aposentado Heitor Cardoso Fernandes recebe atualmente mais de 680 mil cruzados e com o quarto gatilho salarial chegará em setembro a 820 mil cruzados.

Os deputados estaduais, mesmo do PMDB, não estão concordando com os projetos do governador, porque acreditam que atingirão também os baixos salários do funcionalismo. Quêrcia argumenta, entretanto, que aceitará modificações se os parlamentares encontrarem formas de poupar os funcionários menos remunerados. E para demonstrar a sua boa vontade em relação a esses encaminhará no início da próxima semana projeto de lei elevando o piso salarial do funcionalismo de quatro para seis mil cruzados a partir de setembro.

Agricultor: "Imissão vai desestimular"

Ribeirão Preto (SP) — O presidente da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlandia — Carol — (a maior do País em produção de volume de grãos), José Oswaldo Galvão Junqueira, afirmou ontem que a possibilidade de imissão imediata da posse da terra desapropriada pela reforma agrária — de acordo com o esboço da nova Constituição — poderá desestimular o sistema produtivo brasileiro.

A proposta, elaborada pelo relator da Comissão de Sistematização da Assembleia Constituinte, deputado Bernardo Cabral, segundo Junqueira, "ameaça indistintamente os proprietários rurais que tenham ou não área produtiva".

Lembrou ainda que até os associados da Carol, que respondem pelos maiores índices de produtividade do Brasil, estão ameaçados pela reforma que prevê a tomada imediata de posse da terra, sem que o proprietário seja ouvido.

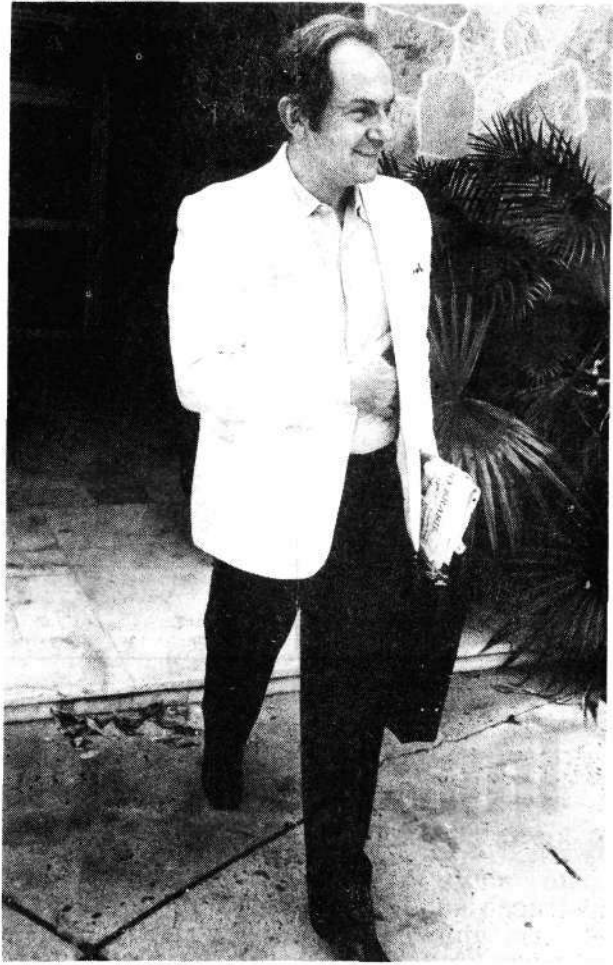
— Quando o proprietário provar na justiça que sua terra é produtiva, a desapropriação já ocorreu e se torna irreversível — frisou o produtor.

Galvão Junqueira pondera que ninguém de bom senso é contra a Reforma Agrária mas "não se pode partir do princípio que o executor da Reforma Agrária é infalível".

ACAMPAMENTO

Integrantes do Partido dos Trabalhadores, padres e membros do Comitê de Apoio da Reforma Agrária, entidade de assessoramento ao Incra, montaram vigília no acampamento montado por 300 pessoas (60 famílias), que na madrugada do último sábado invadiram uma área da Fazenda Reunida, município de Promissão, em São Paulo. Esses grupos estão tentando evitar qualquer conflito entre os lavradores que invadiram a fazenda e a família Ribas, que é proprietária das terras. Logo após a ocupação da fazenda, as famílias montaram acampamento e iniciaram a plantação de feijão.

Ontem à tarde, foi realizada uma missa campal pelo padre Heraldo Cruz de Sousa, da Paróquia de Promissão. Ele pediu que permaneça um clima de paz na área apesar do temor de represália por parte da família Ribas, acusada de ter contratado jagunços.



Cabral diz que pressões não o preocupam

Sarney analisa o substitutivo

Apesar de estar preocupado com o andamento dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, especialmente com relação à definição do sistema de governo e do tempo de duração do mandato presidencial, o presidente José Sarney não reuniu a cúpula política da Aliança Democrática, neste fim de semana, para analisar o assunto, como era cogitado no Palácio do Planalto, na última sexta-feira. Mas, hoje às 11h15 min., Sarney vai receber o senador Marco Maciel, presidente do PFL, quando deverá ser analisado o substitutivo do deputado Eduardo Arze Quiroga, embaixador da Bolívia. O horário das 17h30min está reservado para o professor Heitor Gurgulino de Souza, reitor da Universidade das Nações Unidas.

Sarney recebeu os governadores do Mato Grosso, Carlos Zererra, e do Ceará, Tasso Jerssati. As 20 horas, ele vai ao culto de ação de graças pelo "ano da maior safra agrícola do Brasil", que será celebrado no Centro de Convenções de Brasília.

Sarney recebeu os governadores do Mato Grosso, Carlos Zererra, e do Ceará, Tasso Jerssati. As 20 horas, ele vai ao culto de ação de graças pelo "ano da maior safra agrícola do Brasil", que será celebrado no Centro de Convenções de Brasília.

Sarney recebeu os governadores do Mato Grosso, Carlos Zererra, e do Ceará, Tasso Jerssati. As 20 horas, ele vai ao culto de ação de graças pelo "ano da maior safra agrícola do Brasil", que será celebrado no Centro de Convenções de Brasília.

Sarney recebeu os governadores do Mato Grosso, Carlos Zererra, e do Ceará, Tasso Jerssati. As 20 horas, ele vai ao culto de ação de graças pelo "ano da maior safra agrícola do Brasil", que será celebrado no Centro de Convenções de Brasília.



Apesar dos sorrisos de Ulysses e Arinos, reunião termina sem consenso

Reunião não resolve o impasse na reforma

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, reuniu ontem cedo em sua casa o relator Bernardo Cabral, o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos e os relatores adjuntos Fernando Henrique Cardoso e Nelson Jobim. "Aplainamos arestas", definiu o relator, enquanto os demais confirmaram que a reforma agrária ocupou a maior parte do tempo, sem contudo obter um consenso.

O senador Afonso Arinos explicou que entre os pontos polêmicos é natural que a reforma agrária ocupe o centro das atenções, porque tem implicações sérias e maiores consequências sociais. O relator adiantou que não concorda com a imissão de posse sem ouvir o Judiciário e acha que sua posição representa o ponto de equilíbrio entre os aspectos políticos e legais.

Cabral lembrou que a direita não concorda com a

possibilidade de imissão imediata, como quer a esquerda. Indagado se sua posição não correspondia então à do grupo conservador de direita, ele disse que, de jeito nenhum, pois num país democrata nenhuma lesão de direito escapa da apreciação do poder Judiciário. Não importa o prazo que levar, tem que ser assim, advogou o relator.

O senador Fernando Henrique Cardoso disse que é exatamente para a imissão de posse que convergem os conflitos políticos dentro da reforma agrária. Adiantou ainda que na reunião ficou claro que o relator fará seu texto para dar oportunidade ao plenário de decidir uma posição final.

OUTROS PONTOS

O texto do relator não tem nada mais a resolver no capítulo da ordem social. Ontem, na reunião, mantiveram a decisão de

estabelecer a aposentadoria por tempo de serviço nos moldes atuais: 30 anos para as mulheres e 35 para os homens. Mas os direitos adquiridos serão preservados e as aposentadorias especiais tratadas na legislação ordinária.

A anistia também ocupou os políticos, sem contudo fechar um acordo. Segundo Fernando Henrique Cardoso, alguma coisa será concedida, visando resolver os casos pendentes, que não foram beneficiados pelas anistias concedidas anteriormente. Bernardo Cabral tenta ainda o consenso em torno de uma emenda apresentada pelo deputado João Agripino, mas se não der certo, vai repetir o texto que chegou à Comissão de Sistematização e deixar que o plenário dê a decisão final.

De acordo com Bernardo Cabral e o senador Fernando Henrique Cardoso, o presidente Ulysses Guimarães concorda com tudo o que foi decidido até agora.

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, denunciou ontem que o presidente Ulysses Guimarães e os líderes Mário Covas e Carlos Sant'Anna resolveram se unir contra o sistema parlamentarista que, mesmo assim, ele pretende manter no texto de seu substitutivo.

Segundo Cabral, nem ele nem o presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, estão preocupados com a união daqueles pesos pesados, pois são parlamentaristas por convicção.

Cabral também respondeu à crítica que lhe foi feita pelo líder Carlos Sant'Anna, para quem o relator fazia um parlamentarismo impossível para um Brasil irreal. Segundo o relator, a diferença entre o que ele pensa e a posição dos que se opõem é que "os presidencialistas jamais querirão que o Brasil chegue a um país ideal".

O texto da proposta do relator estabelece que o parlamentarismo vigorará a partir de 15 de março de 1988, ficando os 120 dias seguintes à promulgação da Carta para a promoção das adaptações necessárias à

mudança do sistema de Governo. Para o líder Mário Covas, que considera essa alternativa mais viável, caso a opção final seja o parlamentarismo mesmo, é preciso ficar claro que o que o relator colocou não é ainda a última palavra. Tudo depende do plenário.

Covas reconhece que o deputado Bernardo Cabral tem procurado fazer um texto o mais abrangente possível, mas lembra que não serão obtidos apenas com boa vontade. O líder do PMDB discorda da ideia inicial de fazer parlamentarismo apenas para depois do término do mandato do presidente José Sarney, preferindo que se tem que mudar, seja logo.

Presidente da República é vaiado e vítima de ataques e por que os manifestantes querem atingir a figura do chefe do Governo. Foi pensando assim que Cabral contrariou o que deseja o líder governista e deixa o Presidente como chefe de Estado, enquanto ao primeiro-ministro caberá a chefia do Governo.

No parlamentarismo, quando o primeiro-ministro não vai bem, ele cai, e nesse sistema, quem conduz o Governo não tem tempo de mandato certo. Ele é nomeado pelo Presidente depois de ouvidas as lideranças políticas.

O argumento do líder Carlos Sant'Anna contra o texto de Cabral é que o próximo presidente da República será eleito em dois turnos com perto de 40 milhões de votos e não poderá ser uma figura decorativa. Então, ele prefere um presidencialismo com fortes cores parlamentaristas, mas não abre mão de acumular nas mãos do Presidente as chefias do Estado, do Governo e o comando das Forças Armadas. Isto, define, é o "parlamentarismo possível para o Brasil real".

O sistema de governo considerado ideal para os "progressistas" é o parlamentarismo, que foi inclusive defendido por integrantes do MUP na sessão especial de debates temáticos da Constituinte. O que eles não admitem é o "conchavo" das lideranças que, para aprovarem o parlamentarismo, aceitaram não só o mandato de 5 anos para o presidente José Sarney, mas até mesmo seis

MUP só não admite os 6 anos

O Movimento da Unidade Progressista, dissidência do PMDB, apóia a proposta de parlamentarismo do presidente da Comissão de Sistematização, senador Afonso Arinos, mas repudia qualquer acordo que passe pela manutenção do mandato do presidente José Sarney em seis anos.

Os integrantes do MUP defendem o parlamentarismo clássico, sem superposição de poderes do presidente e do primeiro-ministro e não creem que o relator Bernardo Cabral possa "trair a maioria dos constituintes", com uma proposta parlamentarista a partir de 1990.

Segundo o vice-presidente do PMDB, senador Afonso Camargo, um dos líderes do MUP, qualquer negociação tem que passar pelas eleições diretas em 88, data limite que o grupo considera para encerrar o período de transição.

O MUP pode até mesmo votar no sistema presidencialista para garantir as eleições no ano que vem, ao contrário do que está sendo proposto pelos parlamentaristas no Planalto, que pretendem angariar apoio do presidente José Sarney à tese, acenando com a possibilidade de um mandato de 6 anos.

O sistema de governo considerado ideal para os "progressistas" é o parlamentarismo, que foi inclusive defendido por integrantes do MUP na sessão especial de debates temáticos da Constituinte. O que eles não admitem é o "conchavo" das lideranças que, para aprovarem o parlamentarismo, aceitaram não só o mandato de 5 anos para o presidente José Sarney, mas até mesmo seis

Falcão já fala sobre o Governo

Rio — "Nada a declarar". Invariavelmente, era esta a resposta do então todo-poderoso Ministro da Justiça do presidente Ernesto Geisel aos jornalistas que o abordavam sobre qualquer assunto. Hoje, quando extraí da memória alguns fatos marcantes arquivados ao longo de uma ativa participação na vida política do País, Armando Falcão já não reprime o desejo compulsivo de "tudo declarar". E o faz mordendo e assopRANDo, ou assopRANDo para morder, como o fez ao avaliar o Governo Sarney.

"Considero o presidente Sarney um homem digno, pessoalmente correto, mas está faltando a ele a presença da autoridade imane[n]te". E é na falta da autoridade do presidente Sarney que o ex-Ministro de Juscelino e Geisel encontra a razão das sucessivas crises de liderança do atual Governo.

Em entrevista à "Revista Nacional", o ex-Ministro observa que o presidente Sarney tem a preocupação dominante de se parecer com Getúlio e Juscelino, afirmando que ele não se identifica nem com um, nem com outro: "O Govern

o Sarney é um zigzeague, uma montanha-russa. Ora ele assume uma atitude de firmeza aparente, ora procura uma bacia de Pilatos e lava as mãos", acrescentou, com a observação de que Sarney tem medo de ser atacado e insultado pelos comunistas, sendo o único culpado pelo problema da redução, do seu mandato.

Depois de uma dura crítica à impunidade no País, seguida de elogios aos jornalistas Assis Chateaubriand e seu amigo Roberto Marinho, para ele os dois gigantes da comunicação do Brasil, Falcão dá uma opinião inusitada sobre a reforma agrária:

"O Brasil nunca precisou de uma reforma agrária. Precisa de uma reforma agrícola. O que o Governo Sarney está fazendo, através do Incra, é fomentar a indústria da invasão".

Quanto expressava simpatia pelo ex-presidente João Goulart, um repórter perguntou: e se Brizola fosse presidente da República e o convidasse para seu Ministro da Justiça? Falcão não hesitou: "Deus me livre. Eu me consideraria insultado".

Simon pedirá verba extra ao Presidente

Porto Alegre — Reivindicações de recursos para que o Rio Grande do Sul possa desde acelerar a reforma agrária até fazer estudos visando a aproximação com apêses do prata são os principais assuntos que o governador Pedro Simon (PMDB) quer tratar com o presidente José Sarney, na sua ida ao estado. Na visita que já está agendada, mas só será confirmada no final do mês, o Presidente deverá participar da solenidade de abertura da Expointer, no dia três de setembro e Simon, auxiliado por secretários estaduais e assessores, já começou a preparar o documento com as reivindicações que pretende fazer a Sarney.

Como prioritários, o governador já antecipou os pedidos de verbas para o imediato reassentamento de seis mil colonos que serão desalojados pela construção das hidrelétricas de Ita e Machado, no Rio Uruguai. Assessores de Simon explicaram que ele está preocupado com a crise energética e para evitar riscos de suspensão das obras das usinas, quer definir logo o assunto. Afinal, há à posição de líderes do PFL que pensam em suspensão para não desalojar os colonos, que estão resistindo em deixar as terras.

Inclusive, Simon pretende começar a tratar desta questão com o ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, já nesta semana, quando ele também visitará o Estado. Outra reivindicação de destaque que Simon quer fazer ao Presidente é de recursos para o estado acelerar a implantação da reforma agrária.

Entre as principais reivindicações, estão ainda as de verbas para investimentos em vilas populares e recursos específicos para desenvolvimento de estudos e projetos destinados a acelerar a integração da fronteira gaúcha com os países do Rio da Prata.



Simon tem projeto mas falta dinheiro

Faccioni: "Teremos diretas"

O secretário-geral da Frente Parlamentarista, deputado Victor Faccioni (PDS-RS), contestou ontem a afirmativa do presidente da República de que esse sistema de governo exige a eleição indireta e, por isso, os prováveis candidatos à Presidência sentir-se-ão traídos com sua adocção pela Constituinte.

Ainda que, em tese, seja favorável ao parlamentarismo clássico, Faccioni nega essa exigência. "A França e Portugal provam que o sistema não é incompatível com o presidente eleito pelo voto popular", observa.

se encerre o ciclo tempestuoso do presidencialismo, com sua corte de crises, motins, deposições e ocassos parlamentaristas".

Relembrando todas as crises de sucessão presidencial, Nelson Carneiro enfatiza que "há, na Assembleia Nacional Constituinte, a consciência generalizada de que muitos dos problemas que afligir a Nação resultam, em grande parte, do sistema presidencialista". A mudança de sistema é, pois, uma exigência da sociedade.

MUDANÇAS

O presidente da Frente Parlamentarista, senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ), ressaltou ontem que "é dever do mundo político dar solução aos problemas de natureza política e que nunca a República viveu crise mais aguda e de perspectivas mais incertas para a ordem democrática". Impõe-se, a seu ver, "que

ADIAMENTO

O senador Aureo Mello (PMDB-AM) elogiou ontem a decisão do relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), de propor a implantação do sistema parlamentarista após 1990, quando termina o mandato do presidente José Sarney. A proposta nesse sentido foi apresentada por ele, Aureo, que, inclusive, a conuiu ao Presidente da República.

Na opinião de Aureo Mello,

Bahia agora controlará carro oficial

Salvador — A partir de 1º de setembro, os carros oficiais do Estado da Bahia começarão a utilizar a marca do governo, permitindo à população fiscalizar o seu uso. Somente os veículos considerados de representação — do governador, vice-governador, secretários e procuradores da Justiça e do Estado — serão dispensados dos adesivos com a marca. A informação é do Departamento de Encargos Auxiliares (Den), da Secretaria da Administração, responsável por este serviço.

LOTES

Até o final de outubro, o governador Waldir Pires espera distribuir 2 mil 543 lotes populares em bairros populares periféricos da capital, beneficiando cerca de 11 mil pessoas carentes, que ganham de zero a três salários mínimos, uma fatia da população nunca antes atendida por programas habitacionais. O programa de lotes populares, desenvolvido por técnico da Secretaria de Desenvolvimento Urbano tem o objetivo de buscar soluções para o problema da habitação da população de baixa renda.

"Transição deve receber apoio"

Campinas — O governador de São Paulo, Orestes Quêrcia, discorreu do diagnóstico feito pelo ex-presidente João Figueiredo sobre os problemas do País, onde aponta condições para se chegar "a um terceiro estado de força".

Para Quêrcia, os problemas do País "são decorrentes de um processo de transição já que fomos muito prejudicados pelo regime autoritário do qual o ex-presidente é um expoente. Não tenho nada de pessoal contra o general Figueiredo. Mas não sei se ele é a pessoa indicada para dar orientações, até porque pediu que o esquecessem quando deixou a Presidência".

Segundo o governador, o trabalho de recuperação democrática "é árduo, difícil, mas esperamos que todos colaborem, inclusive o general Figueiredo para que possamos alcançar o estado de plena democracia e de desenvolvimento". Quêrcia admitiu a existência de problemas no processo de transformação, mas negou que haja desorganização administrativa, "qualquer que seja a análise que se faça. As coisas estão bem organizadas, a

Constituinte está trabalhando bem e não vejo nenhum problema maior". E ressaltou:

— Também não concordo que radicalismos estejam perturbando a Constituinte. Tivemos de fato um problema, porque as subcomissões foram organizadas sem um critério mais aprofundado, e aconteceu de uma mostrar tendência mais à esquerda e outra ser mais conservadora. Isso fez com que tivéssemos uma imagem um pouco negativa no início, mas hoje tenho convicção que há uma definição na maioria, mais de centro-esquerda, e que a Constituinte fará uma boa Constituição.

Quêrcia disse não acreditar em problemas que levem à instalação de um terceiro regime autoritário no País, "porque estamos caminhando bem e enfrentando os problemas que o regime anterior deixou, e que são sérios como a questão da dívida externa. Mas tenho confiança em que vamos superar todas as dificuldades e melhorar o País. Respeito o general Figueiredo, mas não sei se ele é a pessoa mais indicada para estar fazendo análise política".

Venha comemorar nosso 3º aniversário junto com

MOREIRA DA SILVA

e muito champagne Reservas: 248-5641

Dias 28 e 29